



Promotor de Justiça questiona qualidade da perícia criminal em Minas

O promotor de Justiça de Araguari (MG), André Luis Melo, lançou um alerta. Em entrevista ao jornal *Gazeta do Triângulo*, ele questionou a qualidade da perícia criminal no estado e afirma que a situação é precária.

Dados do Portal da Transparência do governo mineiro revelam que os gastos da Polícia Civil com investigação e perícia criminal no ano passado foram de R\$ 17,6 milhões — menos de 2% do total das despesas da corporação, que alcançou R\$ 1 bilhão, informa o *Gazeta do Triângulo*.

De acordo com o jornal, a quantia gasta com perícia e investigação é menor do que os recursos destinados aos presos que ainda estão sob custódia da Polícia Civil nas cadeias públicas, que foi de R\$ 18 milhões. Cerca de 6.000 detentos aguardam transferência para o sistema prisional do estado.

No município, ele diz que precisa lidar com problemas como demora no recebimento dos laudos e baixa qualidade das fotos, impressas em preto e branco. "Uma imagem vale mais do que mil palavras. Algum detalhe que poderia ajudar a elucidar um crime pode passar despercebido", disse.

Segundo ele, há inclusive laudos que deixam de ser feitos. "A PM não pode acionar a perícia. O militar deve primeiro avisar o delegado. Se a vítima não morre no local do crime, a PM classifica a ocorrência como lesão corporal. Os peritos dizem que não foram chamados, a PM informa que avisou. Devido à falta de comunicação, ficamos sem provas", afirmou.

Em um caso, em que uma mulher confessou ter matado o amante, a promotoria enfrentou dificuldades por falta de perícia do local e necropsia nos inquéritos policiais.

Date Created
02/02/2013